

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1573118 - PR
(2019/0256214-9)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : FABIO DE SOUZA CAMARGO
ADVOGADO : BERNARDO DUARTE ALMEIDA FONSECA -
PR031139
AGRAVADO : FABIO ZANON SIMAO
AGRAVADO : MARCELO ZANON SIMÃO
AGRAVADO : RUBENS ACLESSIO SIMAO
ADVOGADO : LIGUARU ESPÍRITO SANTO NETO - PR033106
INTERES. : CLAYTON COUTINHO DE CAMARGO
ADVOGADO : CÉSAR FRANCESCHI E OUTRO(S) - PR047530
INTERES. : MARYSE ZANON SIMAO
ADVOGADO : LIGUARU ESPÍRITO SANTO NETO - PR033106

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO.

1. É intempestivo o agravo em recurso especial interposto após o prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto nos artigos 219 e 1.003, § 5º, do CPC/15.

2. A jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que o agravo em recurso especial é o único recurso cabível contra decisão que nega seguimento a recurso especial. Assim, a oposição de embargos de declaração não interrompe o prazo para a interposição do agravo do art. 1.042 do CPC/15. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator